DIÁRIO SINDSEP MARANHÃO
www.sindsep.org.br Sindsep.MA Sindsep Maranhão
Ano XXII Nº 4686
17 de Agosto de 2023
Quinta-feira
Filiado à CUT CONDSEF FENASPSEF

Offshore: como bilionários utilizam paraísos fiscais para não pagar impostos no país

A taxação do dinheiro que os super ricos mantêm fora do Brasil em paraísos fiscais, utilizando o sistema offshore, está na mira do Ministério da Fazenda que espera arrecadar R$ 3,25 bilhões em impostos em 2023 chegando a R$ 6,75 bilhões em 2025.

Segundo o Banco Central, os milionários brasileiros têm no exterior R$ 1 trilhão de reais investidos em diversos fundos. Parte deste dinheiro está aplicado em offshore – um sistema que é legal, mas injusto do ponto de vista tributário brasileiro, onde os ricos não pagam impostos sobre lucros e dividendos, enquanto a maioria da população paga sobre tudo o que consome e, inclusive tem já em seus contracheques a cobrança do imposto de renda.

Mas o como funciona um Offshore?

O economista da Unicamp, Marcelo Manzano, explica como funciona o offshore (fora da costa, em inglês).

O economista cita como exemplo pessoas físicas e/ou jurídicas que preferem remeter suas rendas para paraísos fiscais, normalmente localizados em países pequenos, ilhas, que por não possuírem indústria e agricultura fortes precisam atrair investidores para que o dinheiro circule em suas economias.

Marcelo Manzano dá exemplos do uso do offshore que pagam impostos apenas nos países em que foram fundadas. O Brasil não taxa quem envia dinheiro para o exterior e muitas empresas e pessoas físicas se utilizam disso para ter maiores ganhos financeiros.

Por exemplo, a Vale, empresa produtora de aço no Brasil, abre uma filial num paraíso fiscal como Luxemburgo. Ela vende para a sua própria filial parte de sua produção num preço abaixo. Mas, este aço não sai fisicamente do Brasil. Por sua vez, a filial vende esse mesmo aço para a China, os EUA ou qualquer país, com o preço cinco vezes acima. A manobra contábil permite que o produto saia do Brasil, mas o imposto será pago apenas a Luxemburgo, apesar do aço ter sido produzido no Brasil. Nos paraísos fiscais essas vendas não são tributadas, ou quando o são, as alíquotas são mínimas.

O economista cita como outro exemplo, os irmãos Batista, da JBS, que pagam apenas 3% de imposto de renda sobre o lucro bilionário que eles têm e, ainda podem remeter o dinheiro ao exterior sem serem tributados.

CUT defende taxação

O secretário de Administração e Finanças da CUT Nacional, Ariovaldo de Camargo, afirma que a Central é favorável a tributação do dinheiro em offshore.

"Estamos falando de um volume muito grande dinheiro. Não é uma aplicação qualquer, uma poupança do trabalhador. São fortunas produzidas aqui que poderiam ser investidas na melhoria da saúde, da educação, em infraestrutura que gera emprego e renda, e nas demais políticas públicas que municípios, estados e a União promovem", diz.

O debate no Congresso Nacional

O ministro da Fazenda Fernando Haddad tem defendido a taxação de fundos no exterior e de offshore, mas encontra resistência na Câmara Federal. Segundo informações da imprensa em geral, o presidente da Casa, Arthur Lira (PL), é contra a taxação.

A cobrança de impostos sobre offshore está embutida na Medida Provisória (MP) do salário mínimo, que precisa ser votada pelo Congresso até dia 28 de agosto para não perder validade.

Caso o Congresso retire da MP a taxação sobre o offshore, o governo estuda enviar um projeto de lei com urgência constitucional, o que dará ao Congresso mais tempo para analisar o tema. O prazo dos deputados seria de até 45 dias depois do envio pelo Executivo.

Segundo Haddad, a taxação das offshore também é uma forma de compensar a perda de arrecadação do país, com a isenção do IR de pessoas que recebem até dois salários mínimos (R$ 2.640). O governo precisa apresentar compensações, como manda a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Fonte: Cut.org.br

Marcha das Margaridas termina com anúncio de investimentos em reforma agrária

A 7ª Marcha das Margaridas terminou na manhã desta quarta-feira (16) com a resposta do governo comandado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), à pauta entregue por mulheres que saíram de todas as regiões do país.

Antes do presidente, a ministra das Mulheres, Cida Gonçalves e o ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar do Brasil, Paulo Teixeira, apresentaram propostas a partir das reivindicações entregues pelas Margaridas.

Cida assinou duas portarias, uma para reinstalar o Fórum Nacional de Políticas para as Mulheres Agricultoras do Campo, da Floresta e das Águas, e outra para implementar um fórum de discussão para tratar de questões de mulheres pescadoras, marisqueiras e das águas com o objetivo de definir políticas para o setor.

Outro compromisso firmado pelo ministério é o de colocar em circulação 270 unidades móveis para atender mulheres com profissionais da saúde, delegacias especializadas e outros serviços. Paralelo a isso, será criada uma ouvidoria para monitorar se o serviço tem chegado aos municípios.

Reforma agrária

O ministro Paulo Teixeira anunciou a entrega de R$ 25 milhões e assistência técnica para a prática da agroecológica, com metade do valor destinado às mulheres e o lançamento do programa "Cidadania e Bem Viver", para retomar o Programa Nacional de Documentação para a Trabalhadora Rural, criado no primeiro programa governo Lula, para benefícios previdenciários e trabalhistas.

Mas, o anúncio mais aguardado foi o lançamento do Programa Emergencial de Reforma Agrária destinado a assentar 7,2 mil famílias, sendo 5,7 mil com novas terras e 1,5 mil com créditos fundiários. Com a medida, após oito anos, o processo de assentamento será retomado no país.

Ainda sobre o tema, Teixeira afirmou que 40 mil famílias assentadas serão regularizadas e poderão ter acesso a títulos e créditos. O ministro anunciou também verba de R$ 300 milhões para crédito de instalação a famílias beneficiadas pela reforma.

Ele apontou ainda o compromisso do governo com o lançamento do 3º Plano Nacional de Reforma Agrária e a instituição de uma comissão nacional de enfrentamento à violência no campo.

Lula quer maior distribuição de renda

Lula encerrou a atividade com um balanço dos sete primeiros meses de governo e exaltou a retomada de políticas públicas abandonadas pela gestão anterior, entre as quais, o Plano Safra, que será o maior da história e disponibilizará R$ 410 bilhões em investimentos.

O presidente destacou ainda a linha de crédito exclusiva para mulheres no Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), a oferta de condições especiais de acesso a recursos para mulheres quilombolas e assentadas e outras medidas que refletem, conforme apontou, o compromisso dele com todo o país.

Ele disse ainda que a única razão pela qual voltou a ser presidente da República foi para tirar "aquele fascista e genocida do poder, foi para provar a esse país e ao mundo que esse país tem condição de tratar seu povo com respeito", se referindo ao seu antecessor, Jair Bolsonaro, hoje inelegível.

CUT irá cobrar

Para além das políticas anunciadas pelo governo, resultado da mobilização de milhares de trabalhadoras de todo o país que chegaram a Brasília ainda na terça (15), e resposta à pauta com **13 eixos políticos** entregue pela marcha, a mobilização avançou também em aspectos simbólicos.

A manifestação com mais de 100 mil trabalhadoras que deixaram o Pavilhão de Exposições do Parque da Cidade, onde estavam acampadas, logo no início da manhã, rumo à Esplanada dos Ministério, foi fundamental para que o Senado aprovasse, nesta quarta, a inclusão de Margarida Alves no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria (PLC 63/2018).

Presente na manifestação, a Secretária da Mulher Trabalhadora da CUT, Juneia Batista, apontou que a CUT cobrará a implementação de tudo o que foi prometido pelo governo, mas também pressionará o Congresso a trabalhar em defesa da vida das mulheres.

Fonte: cut.org.br/noticias

EXPEDIENTE: Diário SINDSEP/MA é uma publicação diária do Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Estado do Maranhão - SINDSEP/MA
Av. Newton Bello, 524 - Monte Castelo, CEP 65035-430, São Luís - Maranhão. Fone: (98) 2108-0001. E-mail: comunicacao@sindsep.org.br
Presidente: João Carlos Lima Martins *Secretaria de Comunicação:* Joanilde Pires Pereira, Marcos José Costa Ferreira e Maria de Fátima Santos Moraes
Assessor: Ricardo Milán (DRT 785) *Redação:* Nielsen Furtado (DRT 789) *Projeto Gráfico e Diagramação:* Giancarlo Cunha *Redes Sociais*: Rafael Costa